

ESTADO NUTRICIONAL DAS CRIANÇAS INDÍGENAS NO BRASIL

Luiz Felipe Cairis Goulart¹; Maria Eduarda Honório do Nascimento²; Matheus Henrique Macagnan dos Santos³; Paula de Moraes Santana⁴; Rayssa Milena Palasi Semezatto⁵; Yohrana de Souza Matias⁶; Emily de Oliveira Basseto⁷; Gislene Aparecida Xavier dos Reis⁸; Marcela de Andrade Pereira Silva⁹.

¹Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, Paraná. <http://lattes.cnpq.br/1095035972220458>

²Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, Paraná. <http://lattes.cnpq.br/1333752539149010>

³Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, Paraná. <https://lattes.cnpq.br/9455782111598759>

⁴Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, Paraná. <http://lattes.cnpq.br/9823943801673362>

⁵Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, Paraná. <http://lattes.cnpq.br/0315958105415313>

⁶Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, Paraná. <https://lattes.cnpq.br/3690600251106063>

⁷Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, Paraná. <http://lattes.cnpq.br/1630724970313855>

⁸Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná. <http://lattes.cnpq.br/7946206421846063>

⁹Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, Paraná. <http://lattes.cnpq.br/8333269438581456>

DOI: 10.47094/ICOBAMUES.2024/RE/9

PALAVRAS-CHAVE: Transtornos da nutrição infantil. Avaliação nutricional. Povos indígenas.

INTRODUÇÃO

De acordo com um levantamento de dados, 149 milhões de crianças com menos de 5 anos ainda sofrem déficit de crescimento e quase 50 milhões têm baixo peso, 340 milhões sofrem com a fome oculta, deficiências de vitaminas e sais mineiras, e as taxas de sobrepeso e obesidade estão subindo rapidamente (UNICEF. 2019).

Devido às vulnerabilidades socioeconômicas e alimentares, o estado nutricional das crianças indígenas no Brasil têm sido considerado um problema de saúde pública. No mais, as alimentações inadequadas e a introdução precoce de alimentos não saudáveis colaboram com sobrepeso e obesidade na infância, demarcando um desvio nutricional nessa população (Maciel *et al.*, 2021).

Esses distúrbios nutricionais podem ser advindo de consequências do efeito cumulativo de privações alimentares, vulnerabilidades climáticas, aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, diminuição do consumo de alimentos naturais e frescos ou situações precárias de saúde (Orellana *et al.*, 2019).

OBJETIVO

Objetiva-se analisar o estado nutricional de crianças indígenas menores de cinco anos, nas regiões do Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, de abordagem quantitativa, realizado com dados secundários, obtidos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

O local de estudo para a pesquisa foi todas as regiões do Brasil e como população de estudo considerou-se todas as crianças indígenas de zero a cinco anos de idade. Para compor a amostra de estudo, foram incluídos todos os registros do SISVAN referente à população de estudo, do período de janeiro a dezembro de 2023.

Os dados foram organizados em planilha eletrônica, com análise aos índices antropométricos de Peso/Idade; Altura/Idade e IMC/Idade. Ademais, cada índice antropométrico, foi avaliado segundo a idade (0 a 6 meses; 6 meses a 2 anos; 2 a 5 anos), sexo (feminino e masculino) e região brasileira (norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste).

Por se tratar de dados secundários de domínio público acesso irrestrito, conforme a Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), não houve a necessidade de apreciação pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, assim como, houve a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 53.395 avaliações do estado nutricional de crianças indígenas menores de cinco anos, no Brasil, em 2023, observou-se que a maioria apresentava índices antropométricos adequados para a idade.

Em relação ao índice peso por idade, observou-se que em 88% das avaliações as crianças apresentavam peso adequado para a idade, 3,8% peso elevado e 7,7% baixo e muito baixo peso para a idade. Entre as crianças com peso baixo e muito baixo para a idade (n=4.094), prevaleceram as com idade entre 2 e 5 anos (67%). Em ambos os desvios nutricionais houve uma predominância do sexo masculino. Em relação às regiões do país, a região norte apresentou o maior percentual de crianças com baixo peso (6,98%) e muito baixo peso (2,42%), e a região sul, a maior prevalência de crianças com peso elevado para a idade (6,58%).

No índice antropométrico altura por idade, observou-se que em 71% das avaliações as crianças apresentavam altura adequada para a idade, porém, 17,1% obtiveram altura baixa para a idade e 11,8% altura muito baixa para a idade. Entre as crianças com altura baixa e muito baixa prevaleceram as crianças de 2 a 5 anos (19,8%) e do sexo masculino

(15,7%). Em relação às regiões do país, crianças com altura muito baixa e baixa para idade prevalecem na região norte do país.

No índice de massa corporal (IMC), prevaleceram crianças com eutrofia (64,2%). Dos desvios nutricionais observou-se 3,4% de magreza, 3,4% de magreza acentuada, 17,6% de risco de sobrepeso, 6,7% de sobrepeso e 4,8% de obesidade. Entre as crianças com magreza e magreza acentuada, prevaleceram as com idade entre 2 e 5 anos (62,1%), o mesmo observado entre as crianças com risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade (63,2%). Em todos os desvios nutricionais houve uma prevalência no sexo masculino. De acordo com as regiões do país, a Região Nordeste apresentou maior prevalência de crianças em situação de magreza e magreza acentuada, comparada às outras regiões do país (8,1%). A região sul apresentou a maior prevalência de crianças com risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade (42%).

Segundo o fundo das Nações Unidas para Infância, quase duas em cada três crianças não recebem alimentos necessários para sustentar o crescimento adequado de seu corpo e de seu cérebro, resultando em um registro de magreza acentuada nessa faixa etária. Após a introdução alimentar, muitas são frequentemente expostas a alimentos não saudáveis, impulsionados em grande parte por marketing e publicidades inadequadas, corroborando com crianças em situações de obesidade (UNICEF. 2019).

A região norte do país, possui o maior número de indígenas, especialmente no estado do Amazonas. Nessa região, é observado um cenário nutricional altamente desfavorável para crianças indígenas menores de 5 anos. Estudo realizado na região do Alto Solimões, evidenciou que as crianças indígenas estão inseridas em um contexto de alta vulnerabilidade, caracterizado pela alta mobilidade demográfica, rápida urbanização associada à turbulenta ocupação não indígena no território, baixa cobertura e qualidade dos serviços de saúde, ausência de serviços de saneamento, comorbidades, pobreza e insegurança alimentar (Medeiros *et al.*, 2023).

A região sul do país possui um maior índice de consumo de alimentos ultraprocessados, principalmente no sexo feminino e com um aumento no decorrer dos anos em homens indígenas, sendo preocupante, pois a influência familiar atua diretamente no aumento do peso em crianças menores de 5 anos (Louzada., 2023).

CONCLUSÃO

O presente estudo identificou que a maioria das crianças indígenas menores de cinco anos apresentavam índices antropométricos adequados para a idade. Entretanto, em relação aos desvios nutricionais, a região norte apresentou o maior percentual de crianças com baixo peso e muito baixo peso, a região sul prevaleceu com risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade.

Dessa forma, é de suma importância a implementação de políticas públicas para

as crianças indígenas, que visa reduzir as desigualdades sociais e que garantam o direito humano à alimentação saudável e sustentável, bem como à segurança alimentar e nutricional, com intuito de superar a dupla carga de má nutrição nas regiões brasileiras.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Louzada, M. L. DA C. et al. **Consumption of ultra-processed foods in Brazil: distribution and temporal evolution 2008–2018**. Revista de Saúde Pública, v. 57, p. 12, 2023. Acesso em: 18 de nov. 2024.

Maciel, V. B. DA S. et al. **Diversidade alimentar de crianças indígenas de dois municípios da Amazônia Ocidental brasileira**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 7, p. 2921–2928, jul. 2021. Acesso em: 28 de nov. 2024.

Magalhães, E. I. DA S. et al. **Déficit estatural e fatores associados em crianças de 6 a 24 meses atendidas em unidades de saúde do sudoeste da Bahia**. Cadernos Saúde Coletiva, v. 24, n. 1, p. 84–91, jan. 2016. Acesso em: 13 de nov. 2024.

Medeiros, F. G. et al. **Nutritional profile of indigenous children under five years of age in the Upper Solimões River, Amazonas, Brazil (2013)**. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 23, p. e20220401, 2023. Acesso em: 13 de nov. 2024.

Orellana, J. D. Y. et al. **Associação de baixa estatura severa em crianças indígenas Yanomami com baixa estatura materna: indícios de transmissão intergeracional**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 5, p. 1875–1883, maio de 2019. <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E202>. Acesso em: 28 de out. 2024.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância**. Out. 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/situacao-mundial-da-infancia-2019-crianca-alimentacao-e-nutricao>>. Acesso em: 28 de nov. 2024.